

# Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Anna Paula Lombardi  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2019

**Anna Paula Lombardi**

(Organizadora)

# **Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arqueologia das ciências humanas e sociais aplicadas [recurso eletrônico] / Organizadora Anna Paula Lombardi. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-035-3

DOI 10.22533/at.ed.353191501

1. Arquitetura e urbanismo. 2. Patrimônio cultural. I. Lombardi, Anna Paula. II. Série.

CDD 720

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “Arqueologia das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” aborda uma série de livros de publicação da editora Atena. O volume 1, apresenta 19 capítulos sobre os aspectos relevantes da área de conhecimento da Arquitetura e Urbanismo relacionado aos aspectos gerais das edificações. Os capítulos exibem a preocupação em relatar a importância de preservar os aspectos históricos e culturais que devem ser mantidos através das edificações.

O Patrimônio histórico cultural brasileiro de natureza material e imaterial, previsto na lei é uma forma de garantir a preservação e a história dos edifícios e possibilita manter a cultura em um determinado local e região. Embora, a maioria deles necessita de manutenção, reparos e restauração na materialidade para manter viva a imaterialidade contida nos imóveis.

Neste volume, os capítulos apresentam uma riqueza de detalhes e particularidades das edificações distribuídas em diversas cidades brasileiras. A importância desses estudos, estão evidenciados na formação em nível de graduação e pós-graduação de acadêmicos registrando um salto quantitativo e qualitativo nas últimas décadas corroborando com a relevância dos temas abordados.

Aos leitores desta obra, que ela possa inspirar a criação de novos e sublimes estudos, proporcionando discussões e propostas para um conhecimento significativo.

Anna Paula Lombardi

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A COR E AS SUPERFÍCIES ARQUITECTÓNICAS EM EDIFÍCIOS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S. DA CONCEIÇÃO DOS HOMENS PARDOS, LARANJEIRAS, BRASIL	
<i>Eder Donizeti da Silva</i> <i>Adriana Dantas Nogueira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3531915011</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>18</b>
A GALILÉ NOS CONVENTOS FRANCISCANOS NO NORDESTE DO BRASIL COLONIAL: INTEGRAÇÃO OU SEGREGAÇÃO?	
<i>Ivan Cavalcanti Filho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3531915012</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>33</b>
A IMAGEM COMO SÍMBOLO: UMA FOTOGRAFIA E A MODERNIDADE ARQUITETÔNICA NAS PRIMEIRAS CASAS DE GOIÂNIA	
<i>Ana Amélia de Paula Moura Ribeiro</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3531915013</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>49</b>
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO LEGAL DO ENTORNO DOS BENS INVENTARIADOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS, BRASIL	
<i>Andréia Schneid</i> <i>Ana Lúcia Costa de Oliveira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3531915014</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>65</b>
A TAIPA DE CARNAÚBA NO INTERIOR DO PIAUÍ: A INFLUÊNCIA DA GLOBALIZAÇÃO NA DESVALORIZAÇÃO DA CULTURA	
<i>Tayná Rosal Arnaldo</i> <i>Márcia Piauilino Lins</i> <i>Patrícia Mendes dos Santos</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3531915015</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>78</b>
ARQUITETURA E URBANISMO EM GOIÂNIA NOS REGIMES DE HISTORICIDADE TELEOLÓGICO E PRESENTISTA	
<i>Wilton Medeiros</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3531915016</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>89</b>
CASA ZENON ROCHA: O PRIMEIRO TOQUE DA ARQUITETURA MODERNA NA CIDADE DE TERESINA	
<i>Emanuelle Karenyne Mota Chaves</i> <i>Hugo Bona de Carvalho</i> <i>Beatriz Natália Guedes Alcoforado Aguiar</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3531915017</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 101**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA ATTÍLIO CORREIA LIMA: REQUALIFICAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA EDIFICADO

*Ariene Ferreira Silva*

**DOI 10.22533/at.ed.3531915018**

**CAPÍTULO 9 ..... 119**

DIÁLOGO ENTRE ARQUITETURA E PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL

*Ana Cristina de Souza*

*Eliana Maria dos Santos Bahia*

**DOI 10.22533/at.ed.3531915019**

**CAPÍTULO 10 ..... 136**

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES PRETENSAMENTE RESTAURADAS: O CASO DO CAMPUS DE LARANJEIRAS DA UFS/SERGIPE/BR

*Eder Donizeti da Silva*

*Adriana Dantas Nogueira*

*Josefa Luana Oliveira Freire*

**DOI 10.22533/at.ed.35319150110**

**CAPÍTULO 11 ..... 153**

GEOMETRIA E ARQUITETURA: CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURAS COMPLEXAS A PARTIR DE MÓDULOS GEOMÉTRICOS

*Mariana Tiemi Uemura Kawaguti*

*Patricia Andrea Paladino*

**DOI 10.22533/at.ed.35319150111**

**CAPÍTULO 12 ..... 170**

GERHARD BORMANN E O CEARÁ: NOVOS MATIZES NO PROCESSO DE DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

*Paulo Costa Sampaio Neto*

**DOI 10.22533/at.ed.35319150112**

**CAPÍTULO 13 ..... 187**

INDÍCIOS DA MODERNIZAÇÃO DA ARQUITETURA ESCOLAR NA DÉCADA DE 1930 EM MANUAIS DE OBRAS PÚBLICAS

*Marina Goldfarb*

*Nelci Tinem*

**DOI 10.22533/at.ed.35319150113**

**CAPÍTULO 14 ..... 201**

O RESGATE E A CONSERVAÇÃO DA MEMÓRIA PROJETUAL E CONSTRUTIVA DO CAMPUS

*Claudio Antonio S. Lima Carlos*

**DOI 10.22533/at.ed.35319150114**

**CAPÍTULO 15 ..... 218**

PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM RISCO: CASOS NO PLANALTO SUL-RIO-GRANDENSE

*Liliany Schramm da Silva Gattermann*

*Mariana Mattei Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.35319150115**

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>230</b>
PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO	
<i>Franciane dos Santos Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35319150116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>241</b>
A (NÃO) DOCUMENTAÇÃO DA MORTE DA ARQUITETURA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO EM BELO HORIZONTE	
<i>Ronaldo Andre Rodrigues da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35319150117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>261</b>
ROTA DA ARQUITETURA RELIGIOSA NO PIAUÍ: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS INFLUENCIAS ESTILÍSTICAS DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES SACRAS DO SÉC. XVII	
<i>Alaiana Rodrigues Lima</i>	
<i>Tiago Silva de Sousa</i>	
<i>Modesto Luis de Sousa Neto</i>	
<i>Naira Oliveira Martins da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35319150118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>274</b>
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – RECONSTRUINDO UMA HISTÓRIA CONSCIENTIZAÇÃO CULTURAL ATRAVÉS DA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS	
<i>Bruna Andrade Silva</i>	
<i>Jade Andrade Malta Santos</i>	
<i>Luana Veiga Meira</i>	
<i>Vitória Maria</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.35319150119</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>288</b>

## PATRIMÔNIO CULTURAL: DO TOMBAMENTO À RESTAURAÇÃO

**Franciane dos Santos Pereira**

Centro Universitário Toledo

Araçatuba-SP

**RESUMO:** Este estudo tem como foco a contribuição para a discussão sobre a valorização e o aprofundamento do debate a respeito das questões teóricas do patrimônio e complexidade das práticas preservacionistas, enquanto investiga as relações da história com o tombamento e as intervenções de restauro, através da apresentação de trajetórias e das definições de conceitos para direcionar reflexões sobre a consciência do patrimônio também como um direito social de preservação à memória. Não se trata somente de discutir as teorias, mas também problematizar os discursos e práticas e evidenciar a importância das trocas recíprocas entre eles para que o patrimônio seja respeitado e valorizado, principalmente por não haver verdades definitivas nesse campo. Nesse contexto, destacará a cronologia e a documentação em seu papel essencial como fio condutor da história; o passado impresso nos documentos/monumentos traz consigo o horizonte do futuro, visto que parte importante desses documentos ainda está por se descobrir e enriquecer-se, sendo inegável a constatação do presente no processo em questão,

responsável por dar nova vida ao objeto no momento de novas leituras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Preservação; Patrimônio; Documento; Tombamento; Restauração.

**ABSTRACT:** This study focuses on the contribution to the discussion about the appreciation and deepening of the debate on the theoretical issues of patrimony and the complexity of preservationist practices, while investigating the relations of history with the heritage and restoration interventions, through presentation of trajectories and definitions of concepts to direct reflections on the consciousness of heritage as a social right of preservation of memory. It is not only a matter of discussing theories, but also of problematizing discourses and practices and highlighting the importance of reciprocal exchanges between them so that heritage is respected and valued, especially because there are no definitive truths in this field. In this context, it will highlight the chronology and documentation in their essential role as the guiding thread of history; the past printed in the documents / monuments brings with it the horizon of the future, since an important part of these documents is yet to be discovered and enriched, being undeniable the perception of the present in the process in question, responsible for giving new life to the object at the moment of new readings.



## 1 | INTRODUÇÃO

As questões relativas à preservação do patrimônio cultural abarcam diversos significados e áreas do conhecimento. Especificamente no campo do restauro, a preservação passa desde o reconhecimento do bem cultural, a intenção de salvaguarda-lo, passando pelos estudos teóricos e pesquisas específicas, até chegar às ações práticas de intervenção propriamente ditas. Sendo assim, a preservação em si já carrega os conceitos das teorias de restauração, encaminhando para as questões práticas, desde manutenções até intervenções (SOARES E OLIVEIRA, 2013).

Existem diferentes efeitos que podem surgir nesse processo, levando em consideração que diversos valores são adotados no caminho para a preservação do patrimônio, e, da mesma forma, diversos resultados a partir dos múltiplos instrumentos para sua proteção, bem como as diversas formas de intervenção (PEREIRA, 2014).

A falta de diálogo entre as teorias de restauração e as ações práticas apresentam sérios riscos ao patrimônio, tanto no que diz respeito às ações preventivas e de manutenção, quanto na questão das intervenções realizadas sem estrutura teórica no campo. Com base nisso, o presente estudo tem como foco a contribuição para a discussão sobre a valorização e aprofundamento do debate a respeito das questões teóricas do patrimônio e complexidade das práticas preservacionistas, enquanto investiga as relações da história com o tombamento e as intervenções de restauro, através da apresentação de trajetórias e definições de conceitos para direcionar reflexões sobre a consciência do patrimônio também como um direito social de preservação à memória. Afirmando e ressaltando a necessidade da compreensão profunda dos processos sociais que participam e devem direcionar as práticas de preservação.

Ao longo dos capítulos são esclarecidas as noções de patrimônio desde o seu surgimento e trajetória no decorrer da história, evidenciando principalmente, os percursos no território brasileiro, posteriormente são expostas questões a cerca do tombamento, seus procedimentos e a atribuição de valores aos bens culturais, e por fim, são reunidas teorias de restauração e problematizadas em seu contexto a fim de oferecer subsídios para reflexões e debates que envolvam a temática apresentada.

## 2 | SURGIMENTO E NOÇÃO DE PATRIMÔNIO

No século XV já existiam práticas comuns em diferentes culturas de caráter conservativo, mas não se podia falar em restauração como conhecemos hoje, por não haver um distanciamento histórico na apreciação da herança em questão no primeiro

momento. De fato, foi a partir do século XVIII, mais especificamente na Europa, que a preservação deixou de responder a caráter de uso e passou a assumir caráter cultural desenvolvendo diferentes meios de interferir sobre monumentos, visando principalmente o respeito à obra e sua transmissão às gerações futuras. Com isso, ao longo do século XIX já havia um consenso sobre a importância de salvaguardar os monumentos, o que fez com que as questões relativas ao patrimônio começassem a ser valorizadas altamente nesse período, resultando em corridas preservacionistas ao longo do mundo, porém ainda com posturas muito diferentes e muito debatidas por teóricos como Viollet-le-Duc e John Ruskin (CUNHA, 2010).

Se tratando do cenário brasileiro, esse debate começou apenas no século XX, mais especificamente no ano de 1920 e levou quase duas décadas para se estruturar oficialmente. Foi no ano de 1937 que o Ministério da Educação foi reformulado dando início às atividades o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN), que atuou durante cerca de dez anos em paralelo com a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), criada em 1979. Em 1988 a constituição, que é ainda a Carta Magna, estabeleceu que a propriedade deve atender a sua função social e estabelecer/garantir o bem cultural, conforme manda o Decreto-lei nº 25, de 1937, que vigora até os dias atuais como lei nacional sobre tombamentos. E então em 16 de abril de 1990 o SPHAN e FNPM foram extintos pela lei nº 8.029, para dar lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IPHAN), cuja constituição foi regulamentada no mês de maio de 1990. Com oitenta anos, recém-comemorados, da criação do primeiro órgão brasileiro responsável pela preservação do nosso patrimônio é possível verificar o crescente interesse do público nessas questões e a ampliação dos campos disciplinares, segmentos e adjetivos envolvidos nessa área. Mas, apesar do decreto-lei n. 25 permanecer válido até os dias atuais, ainda é inexistente uma legislação específica sobre os procedimentos que devem ser adotados na preservação e orientações sobre o que é de fato o restauro e suas possíveis intervenções, o que existe é relativo à quais bens se enquadram como monumentos nacionais e como proceder para tombá-los, pois, por ser mutável e implicar em reelaborações permanentes, nenhuma verdade definitiva e absoluta pode ser traçada relacionada ao tema, evidenciando a importância dos debates e problematização dos discursos e práticas relacionadas à preservação patrimonial. (CUNHA, 2010; LEMOS, 2010; BARROS et al., 2013).

A conservação do patrimônio foi constituída a princípio como um campo fechado, que apresentava uma face ideológica e ficcional, onde a atribuição de valores era feita por intelectuais e técnicos do serviço que decidiam os bens culturais a serem tombados e protegidos pelo Estado, pautados por valores e critérios previamente estabelecidos. Posteriormente, tomou-se consciência da necessidade de identificar o que foi herdado da nação brasileira para identificá-la, reconhecendo seus valores para que fossem aceitos pela sociedade, atuando como símbolo nacional. Daí surgiu o grande desafio que é atribuir valor a um bem para fazer parte do conjunto de símbolos nacionais, sabendo-se que a diversidade e pluralidade compõem a cultura e a nação brasileira.

Esse vínculo, se relaciona ao compartilhamento de uma raiz comum, bem como a uma cultura e territórios também comuns (PRATA, 2009; PEREIRA, 2014).

O Patrimônio Histórico, muitas vezes é também somado à palavra “Artístico” para englobar representações dos povos passados e suas construções. Para abranger essas duas expressões surgiu o termo Patrimônio Cultural, de uma nação ou de um povo, para representar melhor os valores dos objetos (PRATA, 2009; LEMOS, 2010; BARROS et al., 2013). O patrimônio cultural é bastante diversificado e pode ser dividido em três grandes categorias: a categoria dos elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente; a categoria que se refere ao saber e ao saber fazer; e por fim, a categoria elencada como a mais importante, a que reúne bens culturais que envolvem objetos, artesanatos e construções advindas do meio ambiente e do saber fazer (LEMOS, 2010).

Com base e por meio dessa pluralidade e diversidade, são encontradas múltiplas formas do ser humano produzir e transmitir suas expressões e representações culturais, seja por meio de arquitetura vernacular, edifícios monumentais, arte, literatura, poesia, cinema, imagem, mitologia e espiritualidade. No mesmo contexto, é possível ter diferentes pontos de vista e múltiplas formas de compreender um determinado bem cultural que tenha valor para determinados grupos, resultando na interferência de forma significativa na escolha do instrumento de proteção e gestão (PEREIRA, 2014).

A utilidade do antigo transcende a função estética e se torna uma condição para a diversidade urbana, garantindo a vivacidade do meio através da combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, mas apesar disso ainda existe o problema do desenraizamento histórico e a descartabilidade do espaço presente nos dias de hoje, colocando de lado o fato de que a vida humana está baseada no entendimento do passado e esquecendo a possibilidade de transformar os espaços sem jogá-los fora conquistada pelo desenvolvimento tecnológico (JACOBS, 2011; COELHO NETO, 2014).

Diante do exposto, é possível constatar diferentes motivações que podem levar a consagração de um bem como patrimônio cultural, por esse motivo é necessário levar em consideração as múltiplas narrativas e interpretações do significado de patrimônio, levando os técnicos e pesquisadores envolvidos na prática preservacionista a diversas reflexões juntamente com a comunidade detentora do bem cultural. Por meio disso, é notável a importância dos profissionais, técnicos e pesquisadores no papel de facilitar e o entendimento e compreensão dos bens culturais e valores a ele atribuídos, bem como solucionar e dissolver as dúvidas por meio da propagação de informações necessárias para que os detentores do bem cultural compreendam as justificativas que motivam ao reconhecimento e consagração do patrimônio para o Estado e a nação (PEREIRA, 2014).

Prata (2009, p.62), em sua tese, ressalta:

O estudo do patrimônio cultural na sua relação com a cidade deve significar

não apenas uma ampliação do objeto (de um edifício, para um conjunto), mas fundamentalmente uma mudança de foco: do objeto para um “sistema de relações”. Além da “pedra e cal”, a discussão sobre o patrimônio deve incluir as “pessoas” que se relacionam com os bens, no sentido de entender como os homens em sociedade vivem, com o que se identificam, como se dão as relações sociais hoje e ontem.

Conforme o exposto, a construção da noção coletiva de patrimônio está intrinsecamente ligada à construção de ações mais democráticas e que integrem diferentes valores para o estabelecimento de políticas públicas e medidas de proteção, devido à complexidade que envolve o tema, de forma a equilibrar as diferentes vertentes e pontos de vista, incluindo negociações e cooperações a fim de chegar a resultados coerentes com a demanda do espaço e da comunidade em questão. Este é o desafio das instituições de preservação nos processos de escolha de um bem para a consagração como patrimônio cultural em meio às várias narrativas, bem como a sua gestão que sempre está acompanhada dos obstáculos frente às políticas culturais que essa prática de preservação costuma enfrentar. (PEREIRA, 2014).

### 3 | O TOMBAMENTO

O valor cultural das coisas é declarado através do tombamento que é o ato administrativo responsável por inscrever as obras no livro do tomo, submetendo-as a um regime especial de preservação; é através do tombamento que a memória é preservada como instrumento para a construção da identidade cultural de um povo dando base para seu desenvolvimento e representando o direito de todos (BARROS et al., 2013).

Contudo, o movimento da memória e reconhecimento da obra requerem, em alguns momentos, objetos de representação concretos. A memória coletiva passa a aplicar-se em dois tipos de materiais: os monumentos e os documentos, sendo o primeiro tudo aquilo que pode evocar o passado, por exemplo, uma obra comemorativa de arquitetura e o segundo assume papel justificativo e significado de prova. Apenas a análise do documento enquanto monumento permite que a memória coletiva recuperá-lo, pois o mesmo é o testemunho e o ensinamento para impô-lo ao futuro, advindo das sociedades históricas; acrescentando ao olhar artístico o olhar como documento que é capaz de demonstrar uma fase do desenvolvimento da sociedade, a partir do conceito de *cidade-documento*, onde, além do valor estético, passa a ser apreciado o valor histórico de determinado sítio, trazendo a possibilidade de reconhecimento de bens culturais desconsiderados em razão do discurso estético-estilístico. Assim, é possível dizer que o patrimônio não existe no abstrato, mas nos registros em documentos que resultam no processo de tombamento (GRIGOLETO, 2008; GRIGOLETO, 2009; LE GOFF, 2003; PEREIRA, 2014).

Sendo um procedimento administrativo, o processo de tombamento segue uma

forma própria para sua perfeita efetivação, conforme explana Prata (2009, p.77), a princípio:

Inicia-se com um requerimento do interessado solicitando o tombamento de algum determinado bem, o que resulta na abertura de um expediente administrativo.

A solicitação em si não é o suficiente para a abertura de um processo de tombamento. Isto porque, conforme a legislação vigente, a “deliberação do Conselho ordenando o tombamento ou a simples abertura do processo assegura a preservação do bem até a decisão final da autoridade (...)” (Decreto Estadual 13.426/79, art. 142). Assim, o primeiro expediente administrativo aberto, chamado atualmente de guichê, ainda não protege o bem, visto que a decisão pela proteção depende de deliberação do Conselho. Este guichê é então encaminhado para o setor técnico para ser instruído tecnicamente. Neste momento, os técnicos do órgão, que podem ter formação diversa, como por exemplo, arquitetos, historiadores, engenheiros, geógrafos ou antropólogos, fazem uma primeira análise técnica do material encaminhado pelo interessado e do bem em questão para um encaminhamento quanto ao mérito da solicitação, concluindo pela abertura do processo de tombamento ou pelo Conselho, pelo arquivamento, o processo se encerra. Mas em se decidindo pela abertura do processo de tombamento, o processo prossegue.

Feito isso, posteriormente entra o processo de notificação da decisão que vai aos proprietários, à prefeitura, aos interessados e a autoridade policial, assim como a publicação do Diário Oficial do Estado e a partir daí, provisoriamente, o bem está protegido e segue o processo para a deliberação final pelo arquivamento ou tombamento, seguido novamente das devidas notificações. Se decidido pelo tombamento, será encaminhado ao Secretário de Estado da Cultura para homologação, por meio de uma resolução; resolução esta que é a responsável pelo tombamento efetivo, que gera a área envoltória (PRATA, 2009, p. 78).

De forma geral, a atribuição de valores foi diversificada, relativizando os valores artísticos e inserindo os valores históricos como fator de diferenciação e de maior preocupação. Os cânones foram tirados de foco, dando lugar aos aspectos históricos e culturais analisados sob a ótica antropológica, levando em consideração os elementos associados aos grupos étnicos, movimentos e práticas sociais e associações comunitárias (PEREIRA, 2014).

É de extrema importância que os órgãos patrimoniais e o governo estejam atentos em valorizar, proteger e apreciar os monumentos, mas a proteção oficial não garante a segurança integral, esse é um desafio constante para as administrações juntamente com as comunidades locais, responsáveis pelo reconhecimento, apropriação e ação de escolha do bem em questão, pois o tombamento é uma construção de significados, de história dos símbolos representativos da identidade de um povo. Por esses motivos, um bem tombado deve apresentar alguma característica típica de um grupo social (MOREIRA, 2014).

As políticas patrimoniais que tomam como referência o tombamento enquanto instrumento que objetiva a conservação da integridade física dos bens culturais contribuem para preservar edificações e obras de arte cuja perda seria tristemente

sentida pela sociedade. Entretanto, esse entendimento de que o tombamento equivale à preservação acabou por associá-lo às ideias de conservação e imutabilidade, contrapondo-o à noção de mudança ou transformação. Esse posicionamento ideológico acabou por focar a atenção das políticas voltadas ao patrimônio para o objeto em si em detrimento dos valores que lhe são associados. (MOREIRA, 2014).

#### 4 | RESTAURAÇÃO: TEORIA E PRÁTICA

A questão do restauro é atemporal, mas com o passar dos anos, esse conceito evoluiu, assim como vários outros conceitos na área patrimonial e evidenciou a dicotomia entre conservar e adequar ao presente. Em sua complexidade, a arquitetura compreende um grupo de valores suscetíveis de intervenção, e entre eles fatores estéticos, funcionais, históricos ou documentais são levados em consideração, resultando no desafio da escolha entre o passado e o presente: a conservação da materialidade do que ficou como documento, mesmo que em ruínas, paralisando no tempo o restante do monumento ou a reformulação do conjunto através da atribuição de novas funções; uma questão difícil, que deve ter em vista sob diversos ângulos (LIMA, 2015).

Viollet-le-Duc defendia, em sua teoria, a transmissão da arquitetura ao futuro, conciliando-a com a revolução industrial e as técnicas mecanicistas. Os teóricos como Ruskin não acreditavam na correção das chamadas “irregularidades” de um monumento, porque de certa forma eram partes integrantes do todo da composição, e por esse motivo, objetos caracterizadores do mesmo; por outra vertente, destinava ao arquiteto a responsabilidade e dever de possuir os conhecimentos de técnica específicos para chegar à reconstituição do bem a partir de seus escombros e ruínas usados como documentos. Entretanto, em sua ótica, antes de restabelecer um edifício é preciso refletir sobre ele para que no futuro, as consequências da interferência tragam uma fruição mais longa e um ambiente que não seja menos cômodo que o antigo e atenda bem à todas as necessidades para o que foi destinado a fim de não haver mais modos de fazer modificações. Desta forma, o restauro estilístico defendido por Viollet-le-Duc podia levar à adulteração da obra, porque seguia a premissa de intervir sempre com base no estilo da época, imprimindo na intervenção a sua marca. (VIOLLET-LE-DUC, 2006; JACOBS, 2011; LIMA, 2015).

No campo moral e ético encontra-se o discurso e a teoria de John Ruskin, humanista com sensibilidade para a arte que defendia vigorosamente os estilos antigos, com os olhos do romantismo inglês, avesso ao mecanicismo e à desumanização do trabalho; o que o consagrou como um apologista da não intervenção, afirmando e argumentando pela fidelidade à memória do tempo e os efeitos provocados pelo mesmo, mantendo a integridade da obra através do anti-intervencionismo radical, que confere aos edifícios um caráter sagrado, impossibilitando o apagamento das impressões e marcas do



tempo, por acreditar que são parte característica da essência do monumento. Não existe margem para intervenções no anti-restauro, pois as mesmas alterariam o espírito e autenticidade do edifício, sendo a reconstrução algo impraticável, como o ato de dar vida a um morto. Nesse pensamento, as ruínas são colocadas como o destino final de qualquer construção (LIMA, 2015).

A gama de pensamentos é ampla, segundo Cunha (2010, p. 24):

Diferentes estudiosos definem a restauração em modos igualmente diversos, em função de seus respectivos endereçamentos teóricos, dando enfoque maior aos critérios conservativos ou naqueles inovativos ou ainda enfatizando a necessidade de balancear a conservação e a inovação; alguns restauradores têm uma aproximação mais voltada para a manutenção/conservação dos aspectos materiais da obra, outros, ao contrário, mais focada em projetar na e para a pré-existência.

Sintetizando a teoria da restauração de monumentos, Cesare Brandi, historiador e crítico de arte, defendia o pensamento de olhar para as obras não apenas como documentos, mas também como símbolos de identidades sociais. Sua teoria é atual, não somente por ser baseada em um método científico, mas também pela tradução da mesma em meios operativos válidos até os dias atuais, condicionando o ato da restauração à experimentação da obra em si, com vistas a transmiti-la ao futuro, separando a matéria da imagem e restaurando apenas a matéria de forma que a intervenção seja facilmente reconhecível, mas sem infringir a unidade da obra. Sendo assim, o próprio monumento em seu estado no momento do restauro, condicionará e limitará a ação restauradora (BRANDI, 2013).

Conforme o exposto, durante o século XIX, a reconstituição do monumento foi defendida vigorosamente, mas, com o tempo e as novas proposições foi descartada, pois contrariando a esses pensamentos, pode se dizer que a restauração não está ligada a direcionar a obra novamente ao seu estado original, mas sim, no máximo, revelar sua condição atual, diminuir sua degradação visando à transmissão ao futuro e ainda, intervir, em alguns casos, de forma não conservativa, comportando transformações que, sobretudo, não devem ser feitas gratuitamente nem ficar a mercê da vontade do responsável pela obra, que em função de seu conhecimento, cultura e concepção, se encontra diante de várias escolhas que podem comprometer o resultado; e é por esse motivo que alguns autores definem o restauro e a conservação como formas de intervenção complementares, porém opostas, de natureza distinta e desenvolvimento histórico diferenciado (COLI, 1995; CUNHA, 2010).

Suscintamente pode-se concluir que o restauro constitui-se do reconhecimento da obra, tanto fisicamente quanto estética e historicamente, objetivando a sua transmissão ao futuro, que algumas vezes pode vir acompanhada de alterações formais, que garantem à obra as marcas do nosso tempo e retratos da atualidade; é uma forma de manter vivo o potencial estético da obra, sem desvinculá-la do seu valor documental, pois a representação artística é em si um legado histórico. Por se tratar de

um legado, por algumas vezes, a tentativa de recuperação do que existia e foi levado com o tempo, cai-se no conceito do falso-histórico, onde a autenticidade documental é comprometida por intervir na fruição estética e artística do objeto. (LEMOS, 2010; BRANDI, 2013; LIMA, 2015).

Cunha (2010, p.24) destaca:

Equacionar os aspectos históricos (monumento como documento de história) com aqueles de natureza estética (monumento enquanto imagem figurada e expressão formal) é para muitos o grande desafio em um trabalho de restauração.

Nesse contexto, a cronologia desempenha papel essencial como fio condutor da história, o passado impresso nos documentos/monumentos traz consigo o horizonte do futuro, visto que parte importante desses documentos ainda está por se descobrir e enriquecer-se, sendo inegável a constatação do presente nesse processo, responsável por dar uma nova vida no momento de novas leituras.

## 5 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos adotados incluíram revisão bibliográfica através de livros, artigos, teses e dissertações a fim de estabelecer uma fundamentação teórica sobre os temas “cultura”, “patrimônio histórico”, “documentação”, “preservação do patrimônio”, “história da arquitetura” e “restauração”. A análise dos temas levantados foi direcionada tratando especificamente sobre as noções de patrimônio, tombamento e restauração.

## 6 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante do exposto, é fundamental levar em consideração os aspectos materiais, simbólicos, estéticos e históricos do bem cultural, evidenciando as relações de pertencimento dos detentores do patrimônio cultural, objetivando a preservação democrática para aqueles que o vivenciam.

A ampla discussão e reformulação nas ações preservacionistas possibilitam que a população que possui ligação direta com o bem cultural tenha participação efetiva e seja considerada no processo de manutenção e restauro do patrimônio. Entretanto, os debates interdisciplinares são extremamente necessários para que a dinâmica histórica e cultural resulte em ações práticas, cuja complexidade é muito vista nas intervenções físicas de restauração do patrimônio, pois entram em conflito as várias questões que envolvem as teorias, os órgãos de preservação e a comunidade local.

Sendo assim, quando o processo é feito de forma democrática e participativa, o resultado equilibra melhor a teoria e a prática. Por esse motivo, o reconhecimento do objeto considerado por uma comunidade é imprescindível, assim como a inclusão da



mesma no processo de decisão, não somente como levantamento documental a partir da mediação de histórias familiares, particulares e processos históricos, mas também para direcionar e apontar os caminhos a serem seguidos na restauração, através do entendimento do contexto histórico.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões a cerca do patrimônio cultural apresentam complexidades que se relacionam com a particularidade do contexto em que estão inseridas, a apropriação das comunidades, o estado de conservação do monumento no momento da restauração e os diversos caminhos que as intervenções podem seguir.

Com base nos estudos das teorias e análises das mesmas, é possível diagnosticar a importância de se considerar a interdisciplinaridade no momento das práticas preservacionistas e de restauração.

O estudo expôs diversas vertentes e desdobramentos nesse campo e evidenciou a necessidade de levar em consideração diversos olhares, fatores e agentes.

Os resultados da pesquisa podem servir como subsídio para pesquisas posteriores e base para o aprofundamento das questões relacionadas às ações práticas no campo da restauração.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Júlio; BARROS, Alzira Costa Rodrigues; MARDEN, Sanzio. **Restauração do patrimônio histórico: uma proposta para formação de Agentes Difusores**. São Paulo: Senai-SP Editora, 2013.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2013.

COELHO NETO, Jorge Teixeira. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

COLI, Jorge. **O que é arte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CUNHA, Claudia dos Reis. **Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do Iphan**. 2010. 171 f. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GRIGOLETO, Maira Cristina. **A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

LEMOS, Carlos A.C. **Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

LIMA, Ségia Maria Mota Castanho Correia de Noronha. **Intervenções de conservação e restauro do patrimônio edificado: o Forte da Ínsua**. 2015. 125 f. Monografia. Faculdade de Ciência e Tecnologia – Universidade Fernando Pessoa, Porto.

MOREIRA, Sara Glória Aredes Moreira. **Reflexões sobre o uso do tombamento como prática de preservação do patrimônio nos municípios de Minas Gerais a partir da Lei Robin Hood**. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA. 2014, Juiz de Fora. *Anais eletrônicos*. Disponível em: < [http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402962988\\_ARQUIVO\\_SaraGloriaAredesMoreiratextoAnpuhMG2014.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402962988_ARQUIVO_SaraGloriaAredesMoreiratextoAnpuhMG2014.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2017.

PEREIRA, Marielle Rodrigues. **O Real, o Apresentado e o Referenciado: um estudo no centro histórico de Porto Nacional**. 2014. 259 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio Cultural e Cidade: práticas de preservação em São Paulo**. 2009. 184 f. Tese (Doutorado – Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-035-3

